

DAS INSTITUIÇÕES MILITARES

Antoine-Henri Jomini

Um dos pontos mais importantes da política militar de um Estado é o que diz respeito à natureza das suas instituições militares. Um exército excelente comandado por um homem medíocre pode alcançar grandes feitos; um mau exército comandado por um grande capitão poderá fazer outro tanto; mas ainda melhor é quando se junta a qualidade das tropas aos talentos do seu chefe.

Há doze condições essenciais que concorrem para a perfeição de um exército:

- a primeira é possuir um bom sistema de recrutamento;
- a segunda, uma boa organização;
- a terceira, um sistema de reservas nacionais bem organizado;
- a quarta, tropas e oficiais bem instruídos nas manobras e nos serviços, tanto internos como de campanha;
- a quinta, uma disciplina forte, sem ser humilhante, e um espírito de subordinação e de pontualidade, baseado mais na convicção de todas as patentes do que resultante dos formalismos do serviço;
- a sexta, um sistema de recompensas e de emulação, devidamente equilibrado;
- a sétima, armas especiais (engenharia e artilharia) com uma adequada instrução;
- a oitava, um armamento bem concebido e, se possível, de qualidade superior ao do inimigo, aplicando esta norma não só às armas ofensivas como às armas defensivas;
- a nona, um estado-maior-general à altura de utilizar apropriadamente todos estes elementos, e cuja boa organização seja capaz de tirar partido da instrução clássica e prática dos seus oficiais;
- a décima será um bom sistema dedicado aos aprovisionamentos, aos hospitais e à administração em geral¹;
- a décima primeira é um bom sistema para organizar o comando dos exércitos e a superior direcção das operações;
- a décima segunda consiste na estimulação do espírito militar.

É preciso sublinhar que o facto de se negligenciar alguma destas condições acarretará grandes inconvenientes. Um belo exército, bem treinado, disciplinado, mas sem chefes hábeis nem reservas nacionais, causou a derrocada da Prússia, em quinze dias, debaixo dos golpes assestados por Napoleão. Em contrapartida, vimos, em não poucas circunstâncias, como um Estado pôde tirar vantagens pelo facto de possuir um magnífico exército. Foram os cuidados e a habilidade de Filipe e de Alexandre, ao formarem e instruírem as suas falanges, que tornaram as suas forças tão móveis e adequadas a executar as mais rápidas manobras, qualidades que permitiram aos Macedónios subjugar a Pérsia e a Índia com esse punhado de soldados de elite. Foi

¹ A estas diferentes condições podemos acrescentar um bom sistema de fardamento e equipamento, porque se é certo que estes artigos respeitam menos directamente às operações no campo de batalha do que os armamentos, contribuem, no entanto, à conservação das tropas. Ora, a longo prazo, um exército sólido, que seja capaz de conservar os seus veteranos, pode esperar uma notória superioridade sobre os constituídos por levas de jovens conscritos, permanentemente renovados. Tem sido apontado o exército inglês como modelo deste género, mas se é fácil, com os meios da próspera Inglaterra, constituir pequenos exércitos de 50 a 60.000 homens, o caso torna-se bem mais difícil para as potências continentais, com os seus exércitos de enormes efectivos.

a afeição desmedida do pai de Frederico pelos seus soldados que proporcionou a este grande monarca um exército capaz de levar por diante todas as suas empresas.

Um governo que negligencia o seu exército, seja qual for o pretexto invocado, é, por conseguinte, um governo culpado perante a posteridade, uma vez que prepara humilhações às suas bandeiras e ao seu país, em vez de preparar sucessos mediante uma política contrária. Longe de nós a ideia de que o governo tudo deve sacrificar a favor do seu exército! Seria absurdo. Mas deve torná-lo o alvo permanente das suas preocupações, e, se o próprio príncipe não possui educação militar, ser-lhe-á difícil alcançar o objectivo a que deve ambicionar. Neste caso – que, infelizmente, acontece não poucas vezes –, é necessário superar essa lacuna através de instituições que sejam sinónimo de sensatez e previdência, à cabeça das quais colocaremos, incontestavelmente, um sólido processo de recrutamento e um bom sistema de reservas nacionais.

Existem, na verdade, formas de governo que nem sempre concedem ao Chefe do Estado a faculdade de adoptar os melhores sistemas. Se os exércitos da República Romana – e mesmo os da República Francesa – demonstraram, tão bem como os de Luís XIV e de Frederico, *O Grande*, que uma boa organização militar e uma direcção sensata das operações pode ter lugar sob governos baseados nos princípios mais opostos, não poderemos ignorar, todavia, que, segundo o que é usual nos dias de hoje, as formas de governo têm muita influência no desenvolvimento das forças militares de uma nação e no valor real das suas milícias.

Quando o controlo dos fundos públicos se encontra nas mãos de espíritos dominados por interesses locais ou de grupo, o mesmo pode tornar-se receoso e mesquinho, ao ponto de arrebatrar todas as verbas da defesa ao poder executivo, o qual, por uma inconcebível aberração, muitas pessoas se entretêm a considerar como inimigo público, em vez de o encararem como o ponto capital, por natureza, de todos os interesses nacionais. Do mesmo modo, o abuso de umas liberdades públicas mal compreendidas poderá contribuir, também, para este lamentável resultado. Desde logo, mesmo a administração mais previdente se encontraria impossibilitada de se preparar atempadamente para um grande conflito, quer ele fosse determinado pelos mais evidentes interesses do país num futuro mais longínquo, quer fosse de carácter iminente, para resistir a uma súbita agressão da parte de inimigos melhor preparados.

Na fútil esperança de se tornarem populares perante a massa dos contribuintes donde recebem o seu mandato, os deputados de uma câmara electiva – cuja maioria não pode ser sempre constituída por Richelieus, Pitts ou Louvois – não correm, também, o risco de deixar perigar, por um sistema de economia mal concebido, as instituições necessárias para constituir um exército vigoroso, numeroso, bem treinado para todas as manobras e fortemente disciplinado? Com a ajuda das mais sedutoras utopias, de uma exagerada filantropia, não podem acabar por se convencer a si próprios – e convencer de seguida os seus constituintes – de que as doçuras da paz são sempre preferíveis às mais sensatas previsões de guerra e da política?

Deus me livre de pretender com estes comentários aconselhar os Estados a estar permanentemente de espada na mão e em completo pé-de-guerra. Seria um flagelo para a humanidade e nem mesmo se tornaria possível, a não ser em condições que se não encontram em todos os países. Quero somente salientar que os governos esclarecidos devem estar permanentemente habilitados a bem fazer a guerra quando ela aconteça inopinadamente, tanto em resultado da competência das suas instituições como pela previdência da sua administração e perfeição do seu sistema de política militar.

Se em tempos normais, sob o império das formas legais e constitucionais, os governos submetidos a todas as vicissitudes das câmaras electivas parecem menos adequados do que os outros a criar ou preparar uma potência militar temível, é preciso reconhecer, em contrapartida, que, no caso de sobrevir uma grande crise, as assembleias deliberativas têm proporcionado, por vezes, resultados diferentes, concorrendo, até, para o maior desenvolvimento da força nacional.

Entretanto, o pequeno número de exemplos que a história nos fornece reduz-se a alguns poucos casos excepcionais, nos quais vimos assembleias, violentas e tumultuosas, colocadas perante o dilema de vencer ou perecer, aproveitar uma galvanização extraordinária dos espíritos para, de uma assentada, salvar o país e a sua própria cabeça através de medidas excepcionais e, sobretudo, com a ajuda decorrente de um poder ditatorial sem limites, que desprezava todas as liberdades e haveres com o pretexto de os defender. Assim, foi a ditadura – ou a usurpação mais absoluta e mais monstruosa do poder –, bem mais do que a feição das assembleias deliberantes, que se tornou na verdadeira causa da energia demonstrada. O que se passou na Convenção, depois da queda de Robespierre e do terrível Comité de Salvação Pública, prova-o tão bem como as Assembleias de 1815 e o levantamento em massa de Portugal, devido à simples proclamação de um Conselho de Regência. Ora, se o poder ditatorial, concentrado em poucas mãos, constituiu sempre uma tábua de salvação nas grandes crises, parece natural concluir que os países regidos por assembleias electivas devem presumir-se politica e militarmente menos fortes do que as monarquias puras, embora noutros aspectos, de carácter interno, ofereçam incontestáveis vantagens.

Perdoar-me-ão por me deter nesta simples indicação de *prós* e *contras*, sem nada apresentar de verdadeiramente concludente, porque não seria capaz de me alongar mais sobre matérias tão delicadas sem me aventurar numa arena que me é igualmente interdita pelo enquadramento da minha obra e por causa da minha posição pessoal. Por conseguinte, basta-me assinalá-las, para meditação dos homens de Estado que delas possam tirar proveito, e atestar aqui, formalmente, que não tenciono fazer qualquer alusão aos acontecimentos dos nossos dias, mas unicamente proclamar algumas verdades, que, por serem apresentadas sob formas conjunturais, não são menos verdades de todos os tempos e de todos os países.

O isolamento das tropas por regimentos, nas guarnições, é um dos piores sistemas que podemos adoptar. Os dispositivos russo e prussiano, por divisões e corpos de exército permanentes, parecem claramente preferíveis. Em geral, o exército russo poderia hoje ser apontado como modelo sob diversos aspectos. E se, em várias outras matérias, o que lá se pratica seria inútil e impraticável em qualquer outra parte, devemos reconhecer que, em geral, poderíamos, com vantagem, copiar muitas das suas boas instituições.

Quanto às recompensas e às promoções, é essencial proteger a antiguidade do serviço, mas abrindo uma porta ao mérito. Três quartas partes de cada promoção deveriam processar-se segundo a ordem do quadro², e a outra quarta parte ficaria reservada aos homens que se notabilizassem pelo seu mérito e pelo seu zelo. Em tempo de guerra, a ordem do quadro deveria, pelo contrário, ser suspensa ou, quando muito, reduzida a um terço das promoções, atribuindo os restantes dois terços aos casos de acções de enorme bravura e aos serviços bem comprovados.

A superioridade do armamento pode aumentar as probabilidades de sucesso na guerra. Não ganha sozinha as batalhas, mas para tal muito contribui. Todos nos recordamos de como a grande inferioridade dos Franceses em artilharia esteve quase a ser-lhes fatal em Eylau e Marengo. Lembremo-nos, igualmente, o partido que a cavalaria pesada francesa tirou da adopção da couraça, que, durante tanto tempo, se recusou a usar. Por fim, também sabemos as vantagens da lança. É certo que os lanceiros não são, numa escaramuça, mais adequados do que os hussardos, mas numa carga em linha a questão muda de figura. Quantos milhares de bravos cavaleiros foram vítimas do preconceito que tinham contra a lança, só porque custa um pouco mais a transportar do que um sabre?

O armamento dos exércitos é, ainda, susceptível de muitos aperfeiçoamentos, e, aquele que tomar a iniciativa dos seus melhoramentos ficará numa posição de grande vantagem. A

² É o que, actualmente, se designa por *promoção por antiguidade*. [Nota do tradutor]

artilharia deixa pouco a desejar, mas as armas ofensivas e defensivas da infantaria e da cavalaria merecem a atenção de um governo providente.

As novas invenções dos últimos vinte anos parecem ameaçar-nos de uma grande revolução na organização, no armamento e mesmo na táctica dos exércitos. Só a estratégia manterá os seus princípios, os quais foram os mesmos tanto no tempo de Cipião e de César como no de Frederico, Pedro, *O Grande*, e Napoleão, porque são independentes da natureza das armas e da organização das tropas.

Os meios de destruição aperfeiçoam-se a uma velocidade espantosa: os foguetes Congreve, de que, dizem, os Austríacos conseguiram regularizar a eficácia e a direcção; os obuses de Shrapnel, que lançam ondas de metralha à distância do projectil; os fuzis a vapor de Perkins³, que vomitam tantas balas como um batalhão, vão porventura centuplicar as hipóteses de carnificina, como se as hecatombes do tipo das de Eylau, de Borodino, de Leipzig e de Waterloo não fossem já suficientes para dizimar as populações europeias.

Se os soberanos se não reunirem em congresso para proscrever estas invenções de morte e destruição, não restará outra atitude a tomar que não seja organizar metade dos exércitos com cavalaria couraçada, para poder capturar todas estas armas com mais rapidez. E mesmo a infantaria deverá voltar a colocar as suas armaduras de ferro medievais, sem as quais um batalhão ficará por terra antes de abordar o inimigo. Poderemos, portanto, ter de voltar a ver a famosa gendarmaria, toda recoberta de ferro, incluindo os cavalos.

Enquanto nos mantemos na expectativa relativamente a estas circunstâncias, ainda relegadas para a condição de eventualidades simplesmente prováveis, é já certo que a artilharia e toda a pirotecnia mortífera fizeram progressos que devem fazer meditar sobre a modificação da ordem profunda, de que Napoleão havia abusado.

Este texto faz parte do Artigo 13 da obra *Compêndio da Arte da Guerra*.



Tradução de David Martelo

³ Antecessora da metralhadora, esta arma a vapor, invenção de Jacob Perkins, surgiu em 1824 e era capaz de disparar 1.000 projecteis por minuto. [Nota do tradutor]